

Cruzando fronteiras: a expedição científica do Instituto Oswaldo Cruz e a expedição do Roncador-Xingu

Maria Sarita Mota¹

Este artigo compara duas expedições que percorreram os caminhos dos sertões do Brasil: a Expedição Científica do Instituto Oswaldo Cruz, realizada entre 1911 e 1913 que, motivada pela ideologia sanitária, visitou as regiões norte e nordeste, revelando, principalmente, as endemias rurais que acometiam a população local; e a Expedição Roncador-Xingu, iniciada em 1943, que marchou rumo à região centro-oeste com o objetivo de preencher os “vazios demográficos” do país. As condições de saneamento e de saúde das populações rurais também foram mapeadas; limites e fronteiras foram fixados; cidades foram criadas e colonos assentados. Embora com objetivos diferentes, essas expedições foram pioneiras na constatação empírica das desigualdades regionais e dos problemas crônicos que afetavam o desenvolvimento do país na busca por soluções que melhorassem as condições de vida dos habitantes do interior.

Expedições, Integração Regional, Identidade Nacional

1 Introdução

As expedições exploratórias ou científicas tiveram um papel político e social importante na história do Brasil, principalmente sobre parte do território designada de *sertão*. Em fins do século XIX e parte do XX esse *sertão* era concebido de forma ambígua, ora como deserto, despovoado e distante, ora como sinônimo do atraso, da barbárie e do arcaico em opo-

¹ Doutoranda no CPDA/UFRRJ. saritamota@gmail.com.

sição ao litoral entendido como o lugar do progresso, da civilização e da modernidade. Para isso, também contribuiu a cartografia que, ainda no começo do século XX, representava grandes espaços diferenciados nos mapas com o dizer “região desconhecida” ou “sertão desconhecido” (enunciado que sugere preocupações com a defesa e/ou interesses na exploração econômica da região, considerando que a produção de mapas era, predominantemente, encomendada pelo Estado).

Símbolo da expressão da República, o próprio federalismo pressupunha a demarcação das fronteiras tanto internas quanto externas nos quadros do projeto da construção da nação. Deste modo, a cartografia, como fonte do imaginário social, corroborava para a construção de uma visibilidade geopolítica mais ampla do território nacional. Foi no âmbito dessa sociedade urbana emergente que se propagou o discurso científico-tecnológico como instrumento legitimador das ações do Estado sobre toda a sociedade. Neste quadro, destacamos a produção de mapas e fotografias (sempre presentes nas diversas modalidades de expedições desde o Oitocentos), como os principais elementos técnicos capazes de preencher os “vazios territoriais” com a ocupação visual e simbólica desse espaço. A utilização da fotografia, por exemplo, era a confirmação de que os expedicionários eram portadores “de um nível superior de ‘civilização’ e de que chegavam para se apropriar dessas terras ‘vazias’ e colocá-las em produção” (Alimonda & Feruson, 2001, p. 200). Ciência e técnica impulsionavam o desejo de dominar os espaços interiores das nações além de legitimar as ações políticas.

Os letrados comprometidos com a construção de um país moderno oscilavam entre a tradição e a vanguarda. A adesão a uma dessas correntes significava cristalizar certas visões da cidade (identificada como vanguarda) e do campo (raiz do tradicionalismo). Abria-se, assim, entre a segunda metade da década de 1910 e os primeiros anos da década de 1920, um campo de disputas pela legitimação de vários projetos políticos concorrentes elaborados pela intelectualidade brasileira que buscava definir um país moderno e reconstituir a identidade nacional. Entre os vários projetos de nacionalidade, a integração do território era consenso. E, inicialmente, foi marcada por grandes expedições científicas comandadas por brasileiros como Cândido Rondon, Roquette Pinto e Noel Nutels, entre outros, que colocaram

em prática o estudo racional da terra e da sociedade. No entanto, havia aqueles que defendiam os interesses da incipiente burguesia industrial, a imigração como solução para a mestiçagem e para o problema da mão-de-obra e, portanto, não viam com bons olhos a incorporação de negros, índios e caboclos dos sertões ao *corpus* social da nação.

Desde a segunda metade do século XIX “era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e de determinavam inferioridades” sociais (Schwarcz, 1993, p. 28). Em horizontes mais amplos, os debates sobre o nacionalismo incorporavam o reconhecimento dessas diferenças internas e a construção de uma imagem positiva do país em consonância com o modelo de modernidade, civilidade e progresso das nações européias. A palavra de ordem era desbravar os “espaços vazios”; as terras desconhecidas ou ocupadas por índios; o *oeste*; o *sertão*; conhecer, mapear, investigar a realidade brasileira. Criar um saber próprio sobre o país cuja história ressaltava fortes tensões sociais e políticas. Neste período, as expedições demonstravam um Brasil extremamente nacionalista e preocupado em conservar suas fronteiras e riquezas, sobretudo no extremo norte.

Instituições preocupadas com o conhecimento mais amplo do país, principalmente em relação à integridade nacional, vinham organizando missões ou expedições científicas para percorrer o interior, identificar sua população e mapear os sertões desde o Império, como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, preocupado com a construção da memória do país; a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, voltada para o desbravamento das terras do oeste paulista desde sua criação em 1886.² O nacionalismo geográfico seria retomado com a Expedição Rondon, ao mapear, de 1906 a 1910, vastas extensões territoriais, ligando o país através de redes de telégrafos, redefinindo limites e fronteiras, definindo relações com os grupos indígenas. A Expedição Científica organizada pelo Instituto Oswaldo Cruz entre 1911 e 1913, da qual nos ocuparemos neste trabalho, percorreu o interior

² Sobre o uso da fotografia nos relatórios desta Comissão e também sobre as demais comissões criadas no final do século XIX, ver Gilmar Arruda (2000), *Cidades e Sertões*. E ainda sobre o “território despovoado” dos mapas produzidos pela Sociedade Promotora de Imigração e os índios que ocupavam esses espaços no oeste paulista, ver a tese de María Verónica Secreto (2001), *Fronteiras em movimento: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX*, especialmente o Cap. IV: *Legislação sobre Terras*.

mapeamento as condições de saneamento e de saúde das populações rurais.

As instituições configuram-se como espaços privilegiados para a legitimação dos discursos das elites ilustradas do país e as diferentes interpretações sobre a realidade social (Schwarcz, 1993:65). Os relatos das viagens realizadas por exploradores e cientistas informavam e conformavam os debates sobre a construção do Brasil como nação. Ao estudarem as condições de moradia, de saúde, as relações de trabalho, os costumes dos povos indígenas da Amazônia e dos demais estados nacionais, os cientistas estavam realizando um retrato do Brasil, redefinindo crenças comuns, projetando novos ideais que se cristalizavam na medida em que se tornavam idéias-forças em torno das quais se estruturavam as aspirações nacionais. A própria categoria “expedição científica” já evidencia uma singularidade no modo como deveria ser conduzido qualquer projeto de interiorização do país.

A saúde pública tornara-se prioridade desde a primeira década do século XX, quando Oswaldo Cruz reformulou o Código Sanitário e tomou a direção do Instituto de Manguinhos. O médico sanitário havia sido titular da Diretoria Geral de Saúde Pública, subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O novo movimento sanitário da década de 1910 percorreu o interior realizando campanhas de saneamento. Oswaldo Cruz teve êxito no combate, a febre amarela no Pará e na Amazônia, onde a malária havia vitimado muitos trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Mas essas ações ainda eram pontuais, localizadas em áreas específicas em torno de grandes empreendimentos estatais. Em resumo, visavam tão-somente a implantação de métodos de profilaxia da malária, o combate à febre amarela e a formulação de um currículo para formar médicos sanitários no Brasil.³

³ Ver Guia de Acervo da Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: COC/Fiocruz, 1995, pp. 70-73. Vale lembrar que o órgão que administrava a saúde pública era a Diretoria de Saúde Pública e do Interior. De antemão, já se estabelecia uma direção a tomar pelas expedições — os sertões — como espaço de políticas públicas voltadas para a integração do território nacional sob a ideologia do sanitário. Somente na década de 1950, a saúde teria uma pasta ministerial própria. A Lei nº 1.920, de 25.07.1953, artigo 2º, cria o Ministério da Saúde. Anteriormente, o Decreto nº 19.402, de 14.11.1930, criara o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que, por força da Lei nº 378, de 13.01.1937, passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde. Nota-se que o Es-

O sertão era um grande laboratório social para os cientistas expedicionários do Instituto Oswaldo Cruz. Na primeira parte deste trabalho, verificaremos como as fotografias realizadas e os relatórios que as acompanhavam catalogaram as doenças tropicais: impaludismo, bócio, febre amarela, leishmaniose etc. As imagens do interior do país apareciam como um espetáculo de carências primitivas, lugar da miséria, da fome, do atraso, do analfabetismo. Logo, percebe-se uma leitura dualista da realidade social do país: regiões desenvolvidas *versus* regiões subdesenvolvidas; o moderno *versus* o atraso; o litoral *versus* o sertão; o urbano *versus* o rural. Dois “brasis” em conflito quase insolúveis.

Os intelectuais à frente dos institutos de pesquisa e demais órgãos públicos foram os principais articuladores dessa construção discursiva e no uso da história, da geografia e das técnicas fotográficas e cartográficas para a representação dos sertões. Construía-se, assim, uma memória coletiva da identidade nacional que também passava pelo saber científico e pela delimitação dos espaços territoriais. Deste modo, também foram concebidas as imagens da Expedição Roncador-Xingu, que analisaremos na segunda parte.

Administrada pela Fundação Brasil Central, a Expedição Roncador-Xingu deveria preencher os “brancos” nas cartas geográficas brasileiras, integrando a região centro-oeste ao norte e sul do país. Pode-se dizer que os saberes dos médicos sanitaristas de 1913 foram ressignificados trinta anos depois pelos irmãos Cláudio, Orlando e Leonardo Villas Bôas, sertanistas lendários que não mediram esforços para assistir à população que iam encontrando pelos caminhos da *marcha para o Oeste* dos anos 1940.

As duas expedições, originárias da Capital Federal, cruzaram as fronteiras do país levando a bandeira da civilização às terras ignotas, às cidades do interior, ao mundo rural. Os resultados alcançados, longe de concretizar os ideais sonhados, tornaram visíveis os grupos de interesses atuantes sobre o espaço econômico; os projetos políticos de integração territorial e os esforços para uma definição da identidade nacional.

tado Novo associou as questões de saúde à educação, assim como nos primeiros anos da República vinculava-se a integração do interior do país à questão da saúde pública.

2 Rumo aos sertões: o processo civilizador na construção da identidade nacional

O acervo do Instituto Oswaldo Cruz contabiliza cerca de novecentos registros fotográficos das expedições científicas realizadas entre os anos 1911 e 1913. Desse conjunto, alguns temas são recorrentes nas imagens produzidas: “trabalho, vida social, transportes, paisagem urbana, paisagem rural e fluvial, doentes, retratos, famílias e imagens da própria expedição”, como informa o Catálogo do Instituto publicado em 1993. Esses temas abrangem a vida social do interior do país, capturados pelas lentes dos fotógrafos que acompanharam os cientistas expedicionários. À primeira vista, as fotografias documentam uma realidade até então desconhecida na Capital Federal. Percebe-se o contraste entre os habitantes das cidades (representados pelos expedicionários) e os personagens que moravam no interior do país. As imagens presentes neste Catálogo formam um inventário das diferenças regionais.

Realizadas em ambientes abertos, à luz do dia, focando situações cotidianas (o trabalho no campo, a construção de açudes e pontes, os meios de transportes, a natureza agreste, grupos familiares, suas moradias etc). As fotografias retratavam a região nordeste como eterno espaço da seca, da carestia, merecedora da atenção do poder público. O norte, despovoado, era um imenso território desconhecido e habitado por índios hostis. A circulação dessas imagens na imprensa da época era acompanhada de textos que descreviam a floresta tropical como sombria, selvagem, deserta, desabitada, lar de animais e de índios hostis; enfim, também o mundo rural era identificado apenas como espaço agrícola pouco produtivo. Diziam da necessidade de fomentar uma nova mentalidade na população, de se erguer uma nação civilizada balizada pela modernidade da ciência e da tecnologia e no ordenamento dos fluxos econômicos na área rural. O lado positivo estava na possibilidade de ganhos com o extrativismo mineral e vegetal dessas regiões. Daí, a necessidade de construir portos, estradas, modernas vias de comunicação para integrar o país de norte a sul.

No que se refere à produção das imagens, cabe ressaltar a condição do fotógrafo viajante a serviço de uma expedição científica. Contudo, apenas um profissional foi identificado no Catálogo. Portanto, priorizaremos as fotografias produzidas, o seu conteúdo, em detrimento da técnica

e do fotógrafo em si. Essas imagens podem ser interpretadas como um olhar predisposto à seleção de vistas singulares, possivelmente de paisagens insuspeitadas percebidas por um golpe de vista. Destaca-se, em algumas composições mais artísticas, o modo irregular da distribuição da natureza: os acidentes do terreno, o crescimento incomum de plantas, a surpresa com as forças da natureza (como a aparição de grandes árvores e rochedos, as correntezas intransponíveis dos rios caudalosos), embora sejam poucas as vistas panorâmicas.

Com efeito, os fotógrafos da expedição fizeram uso da prática científica para a configuração das cenas da vida humana nos sertões; da sociabilidade no campo e das atividades rurais. Observaram o sertanejo em suas práticas cotidianas, revelando a sociedade rural de um ponto de vista pretensamente neutro. Pode-se dizer que esses fotógrafos expuseram uma percepção estética partilhada por todos os expedicionários. O foco no objeto é semelhante ao do cientista que classifica e interpreta a realidade estudada com clara intenção documental. Em relação à abundância de imagens de pessoas acometidas pelas endemias rurais e também no caso dos retratos dos índios, o que se percebe é que o fotógrafo não prescindiu dos critérios da ciência taxonômica. Os índios não olham diretamente para a câmera (destacam-se apenas os perfis e o cabelo raspado que lembram estudos de fisionomia e craniometria). No mais, são poses de famílias rurais com suas moradias ao fundo; pessoas em trajés de passeio (sugerindo a intencionalidade do registro); detalhes da indumentária, enfim, fisionomias a serem traduzidas para um quadro cultural mais amplo na medida em que possam narrar costumes, crenças, valores (como a continuidade do patriarcado rural ou a inferioridade do indígena).

Os expedicionários buscavam por meio da construção de imagens descrever as características regionais do país; observar aquilo que contém o espaço rural. Para Alimonda e Ferguson (2001), que examinaram as imagens produzidas pela “Conquista do Deserto”, ou seja, pela campanha do Exército argentino contra os índios em 1879, a fotografia tratava da construção seja da imagem-documento (material) seja da imagem-monumento (simbólica). Deste modo, tanto no caso da expedição argentina ao Rio Negro quanto nas expedições aqui comentadas, é nítido o

aspecto de que a fotografia informa e conforma uma certa visão de mundo a ser preservada.

O escritor Euclides da Cunha já havia apresentado *Os Sertões* para a população do litoral: a morfologia da terra, o clima, as secas, a violência, as sub-raças sertanejas do Brasil. Sobre os sertanejos, disse Euclides, este era, “*antes de tudo, um forte*”. E continua: “*não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral*” (Cunha, 2002, p. 77). Apesar de Euclides exaltar os sertões como elemento primordial para a construção da nação, a Expedição de Manguinhos mostrará o contrário em relação à saúde do sertanejo: a debilidade dos habitantes do interior causada pelas endemias rurais, principalmente a malária e a ancilostomose, em imagens grotescas. No entanto, a debilidade não era mais explicada pela eugenia, ou seja, pela influência da raça e do clima que teria produzido uma população incapaz de se adaptar à sociedade democrática, como atestou Belisário Penna, mas pela falta de informação das populações do interior e pela deficiência de políticas de saúde pública. (Penna, 1941). O discurso médico agregava também ao diagnóstico o abandono social a que estavam relegadas populações das regiões norte e nordeste. As ações profiláticas que empreendiam em meio a pesquisas médico-experimentais visavam incorporar economicamente ao corpo da nação as populações isoladas do interior do país.

Sob o manto civilizador da ciência e sob a direção de Oswaldo Cruz, caberia aos cientistas de Manguinhos implementar ações de saneamento nas cidades assoladas, desde o início do século passado, por uma série de epidemias como tuberculose, febre amarela, febre tifóide, varíola, peste bubônica, entre outras, que ceifavam milhares de vidas e afastavam os investimentos e a imigração de estrangeiros que, se desejava, povoasse o país. A ordem era proceder ao saneamento da Capital Federal, pois dela dependia o desenvolvimento de todo o país. Neste contexto, sanear também significa “*vigiar e punir*”. E aqui a referência se faz tanto ao episódio da Revolta da Vacina quanto à participação de higienistas e sanitaristas entre os principais formuladores das concepções organicistas da cidade que se modernizava no limiar do século XX. A constante analogia entre a saúde da cidade e a do corpo humano apontava para a constituição do próprio *corpus* social da nação na nova ordem econômica que se constituía.

As expedições científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, em geral, atendiam a solicitações de órgãos públicos e atuavam em pontos estratégicos como os portos brasileiros; nas construções de barragens ou hidrelétricas; nas construções de estradas de ferro. Sua principal missão era promover ações profiláticas contra a malária, a febre amarela, nesses canteiros de obras pública.⁴ Entretanto, entre outubro de 1912 e março de 1913, as expedições deste período deslocaram o foco das ações profiláticas para investigações científicas. *As Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* reúnem relatórios e diários de viagens dos cientistas e suas preocupações com as condições de vida da população isolada do interior do país. Na impossibilidade de comentar todos as impressões dos cientistas expedicionários, destacamos a atuação de Belisário Penna, incansável defensor do saneamento rural e que influenciará Monteiro Lobato na mudança de visão sobre o seu Jeca Tatu:

Bastou que a ciência experimental, após a série de instantâneos cruéis que o diário de viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna lhe pôs diante dos olhos, prolasse a opinião do microscópio, e esta fornecesse à parasitologia elementos para definitivas conclusões, bastou isso para que o problema se visse, pela primeira vez, enfocado sob um feixe de luz rutilante. E instantaneamente vimo-la evoluir para o terreno da aplicação prática. (Lobato, 1964, p. 297).

Estava certo Monteiro Lobato ao afirmar o alcance político e social das expedições de Arthur Neiva e Belisário Penna. Os problemas vieram à tona por meio dos diários de campo e das imagens registradas: “*vamos atravessar uma região perigosa de barracões de maníobeiros, gente sem escrúpulo, arrebanhada nos sertões da Bahia, Pernambuco e Alagoas, cangaceiros habituados aos assaltos e morticínios*” (Neiva & Penna, 1916, p. 195). Era um Brasil de um povo doente, indolente, analfabeto,

⁴ Participaram dessas expedições: Astrogildo Machado e Antônio Martins, em 1911, percorreram os vales do São Francisco e Tocantins; Belisário Penna e Arthur Neiva, em 1912 foram para o norte da Bahia, o sudeste de Pernambuco, o sul do Piauí e ainda percorreram Goiás de norte a sul; João P. de Albuquerque e José G. de Faria, em 1912, foram para o Ceará e o norte de Piauí; Adolpho Lutz e Astrogildo Machado, em 1912, desceram o rio São Francisco, de Pirapora a Juazeiro; Carlos Chagas, Pacheco Leão e João P. de Albuquerque em, 1912/1913, percorreram a bacia amazônica.

que precisava ser tratado. Era preciso educar o povo para elevá-lo na escala da civilização. Esse era o argumento dos sanitaristas expedicionários que se empenharam na luta política pelo saneamento dos sertões e que se propagará entre a elite política. Saúde e educação passariam a ter prioridade no governo de Getúlio Vargas para a consecução de seu projeto de nação. A viagem de 1912 possibilitou ainda que Belisário Penna confirmasse que:

3/4 dos brasileiros vegetam miseravelmente nos latifúndios e nas favelas das cidades, pobres párias que, no país do nascimento, perambulam como mendigos, estranhos, expatriados na própria pátria, quais aves de arribação de região em região, de cidade em cidade, de fazenda em fazenda, desnutridos, esfarrapados, famintos, ferreteados com a preguiça verminótica, a anemia palustre, as mutilações da lepra, das deformações do bócio endêmico, as devastações da tuberculose, dos males venéreos e da cachaça, a inconsciência da ignorância, a cegueira do tracoma, as podridões da bouba, da leishmaniose, das úlceras fragedêmicas, difundindo sem peias esses males (PENNA, 1941:364).

Defendia o autor de *O Saneamento dos Sertões* e, posteriormente, ministro interino da Educação e da Saúde entre 1931/32, a necessidade da adoção de uma política agro-sanitária, colonizadora e educadora para a fixação do homem no campo. Era uma forma de minar o poder das oligarquias regionais; conter a migração rural-urbana e deter o agravamento da chamada “questão social”. As idéias do ruralismo pedagógico (transformando o analfabetismo em “doença nacional”) e as expedições científicas (que mostraram que “o Brasil era um imenso hospital”), nas primeiras décadas do século XX, chamaram a atenção, por meio dos intelectuais e suas frases célebres (como o *slogan* citado acima de Miguel Pereira), para as origens dos problemas sociais e forneceram as bases para o discurso de Getúlio Vargas da “volta aos campos”: “*era preciso educar as populações rurais, povoar e sanear o interior*”, dizia Getúlio Vargas. (Prado, 1995, p. 92).

3 A Expedição Roncador-Xingu: a transformação do espaço em território

O programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de culturas. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo! (Vargas, 1938, p. 124).

Com este discurso é anunciada a *Marcha para Oeste* com a qual o governo visava a ocupação territorial da região centro-oeste, redirecionando a migração interna através de programas que criassem colônias agrícolas para pequenas e médias propriedades rurais, e atendendo as exigências para criar e ampliar um mercado interno no país. Durante o Estado Novo, as ações voltadas para a ocupação e a colonização se efetivaram de várias maneiras: foram criados o Plano Nacional de Viação, a Expedição Roncador-Xingu, a Fundação Brasil-Central (Decreto-Lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1943), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Conselho de Imigração e Colonização.

A Expedição Roncador-Xingu foi oficializada pela Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943. Partiu em 3 de dezembro de 1943 com o objetivo de conhecer e desbravar áreas que apareciam “em branco” nos mapas; realizar obras de infra-estrutura para permitir a ocupação por não-índios e integrar economicamente o centro-oeste ao norte e sul do país e, com o avançar da *Marcha*, criaram um plano de alongar a rota do Correio Aéreo Nacional (CAN). Através do Decreto-Lei nº 5.801, de 8 de setembro de 1943, o presidente Getúlio Vargas declarou a Expedição Roncador-Xingu de interesse militar para fins de direito. Os lendários irmãos Cláudio, Orlando e Leonardo Villas Bôas foram convidados para chefiar a vanguarda da Expedição. No seu discurso afirmaram que “o grande território por onde fluem as águas da região do Alto Xingu, compreendido entre a Serra do Roncador e as cabeceiras do Tapajós, encontra-se ainda em grande parte inexplorado. (...) Na vastíssima região povoada apenas por índios arredios, correm caudalosos rios ainda completamente desconhecidos.” (Villas Bôas, 1994, p. 223).

Esta Expedição deveria preencher os “vazios” das cartas geográficas. E a missão dos irmãos Villas Bôas era também contatar grupos indígenas que vivessem nos locais onde seriam implantados os núcleos de povoamento. Essa missão se estendeu pela década de 1950 e início dos anos 1960 e foi acompanhada por uma forte campanha para demarcar e proteger as terras indígenas da região. A interiorização do país era concebida como um movimento expansionista e para Getúlio Vargas significava exatamente o tipo de imperialismo brasileiro em um contexto mundial de guerras.

O discurso do ministro João Alberto Lins de Barros em 25 de fevereiro de 1943, as vésperas da partida da Expedição, ratificava o programa do governo:

Os senhores (...) devem estar bem informados sobre as nossas atividades no que entende com o transporte e trabalhadores do Nordeste para a Amazônia (...) a fim de cumprir o programa que é verdadeiramente um programa de guerra. (...) O brasileiro precisa encaminhar-se para o interior do país (Barros, 1943, p. 7).

O objetivo da primeira fase da Expedição era partir de Aragarças rumo ao rio das Mortes. Deveria fundar um estabelecimento de colonização na região. A marcha continuaria até a lendária serra do Roncador em busca de um local adequado para a fundação de um núcleo de povoamento, bem como a construção de um campo de pouso. Os expedicionários ainda deveriam criar vias de comunicação e explorar os rios nas regiões do Xingu. Após cruzar a serra do Roncador, a Expedição destacaria um agrupamento para melhorar os caminhos e fixar, anualmente, cerca de duzentas famílias. A *Revista Brasileira de Geografia* publicou, em setembro de 1943, a seguinte notícia:

A presente bandeira destina-se à descoberta de riquezas e à abertura de roteiros. Estudará a criação de núcleos agrícolas que possam receber, todos os anos, maiores contingentes de povoadores; tratará de possibilidades de exploração das imensas reservas minerais do planalto central e, finalmente, abrirá estradas, cons-

truirá campos de pouso, preparando o estabelecimento futuro de uma linha aérea que diminuirá, de algumas horas, a ligação entre o centro político do sul e o extremo-norte. (RBG, 1943, pp. 513-516)

A Expedição resgatava o caráter das bandeiras até no seu sentido de rastreamento das riquezas minerais. Destaca-se, também, o uso político das ofertas ideológicas do projeto de Vargas de “*fazer coincidir as fronteiras econômicas com as políticas*” (Lenharo, 1984). Ainda a mesma revista informava sobre a colonização que se pretendia estabelecer nas margens do rio das Mortes. Seriam encaminhados imigrantes:

procedentes de vários pontos do Brasil, como dos países europeus, cujas populações rumarão, sem dúvida, em grandes levas para a América, quando terminar a guerra. Este núcleo populacional será sediado, possivelmente, na foz do rio das Mortes, onde já está sendo preparado um campo de aviação de 1.400m (RBG, 1943:515).

A representação da Expedição Roncador-Xingu com o movimento histórico das bandeiras reforça a continuidade da ação colonizadora sobre o território e, ao mesmo tempo, a preocupação com as regiões de fronteira (vale dizer, em detrimento dos sertões). A defesa do território seria assegurada pelo povoamento.

Os expedicionários deveriam cumprir com os objetivos de abrir estradas, construir campos de aviação e reordenar o roteiro. No primeiro trajeto, a Expedição atravessou o território dos Xavantes. Os primeiros grupos indígenas contatados foram os Kalapalo, no rio Kuluene; depois, os Kamayurá e Trumái. Os índios, nas áreas de fronteiras, tinham parte de suas terras invadidas para a construção dos campos de aviação. Vale ressaltar que o projeto nacionalista de Vargas via na aviação civil e militar uma possibilidade de encurtar as distâncias territoriais. No início do governo provisório, Vargas criou o Departamento de Aeronáutica Civil (1931) e, em 1933, reorganizou a aviação militar. O Ministério da Aeronáutica seria criado em 1941. De seus quadros sairiam alguns mili-

tares que se juntaram à Expedição Roncador-Xingu e que também teriam importância na administração do Serviço de Proteção aos Índios.

O cotidiano da Expedição foi marcado pela busca da Serra do Roncador; pelas demarcações do território e localização dos rios e seus afluentes; pela constante dependência do avião como principal meio de transporte de equipamentos e de pessoal para os postos de apoio e, principalmente, reconhecimento aéreo das rotas. A ampliação da rota do Correio Aéreo Nacional possibilitou a realização de missões de médicos sanitaristas junto às populações das regiões do sul da Amazônia. A Expedição se cumpria tendo por base critérios científicos elaborados pelas resoluções da própria Fundação Brasil Central e de outros órgãos como a Diretoria de Rotas do Ministério da Aeronáutica, do Serviço Geográfico do Exército, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com vistas a otimizar os trabalhos e garantir a segurança dos expedicionários. A Expedição também era acompanhada por botânicos, antropólogos, sanitaristas, pesquisadores em geral e com muito interesse por jornalistas e personalidades estrangeiras. O *Repórter Esso* e os *Diários Associados* noticiavam os feitos da Expedição e as descobertas de um imenso Brasil apartado do litoral.

É recorrente no diário dos irmãos Villas Bôas o suspense em relação ao contato com os índios desconhecidos (sobretudo os temidos Txucarramães), bem como a precariedade de alimentos (alimentaram-se de carne de jaguatirica, anta, cervo, tamanduá, tracajá — principalmente os ovos, iguaria que era disputada com os índios). A falta de medicamentos, doenças como a malária, insetos e intempéries colocavam em risco a saúde de toda a Expedição. Dificuldades de comunicação com a base da Expedição atrasavam o avanço dos trabalhos na abertura de campos de aviação. A deserção de tropeiros que não se adaptavam ao meio ambiente também prejudicava as frentes de trabalho. Era necessário contar com a ajuda dos índios pacificados para encontrar os caminhos pelo sertão, bem como, sua atuação como intérpretes nos contatos com outros grupos desconhecidos.

Em relação aos indígenas, podemos esboçar uma primeira comparação entre as expedições. As imagens da Expedição do Instituto Oswaldo Cruz mostravam retratos de índios já aculturados — uma imagem reveladora da concepção que se tinha da integração do indígena ao projeto

da construção da identidade nacional. Uma inflexão ao tratamento dispensado aos indígenas pode ser percebida na ação da Expedição Roncador-Xingu. Não se tratava mais de pacificar os índios retirando-os de seu *habitat*, tampouco da utilização de práticas de catequese. Mesmo que se possa ler no diário dos irmãos Villas Bôas a idéia de levar a civilização aos gentios (vê-se fotos dos irmãos vacinando os índios e outras que mostram os mesmos em contato com equipamentos da Expedição), a intenção foi no sentido de preservar ao máximo a cultura dos povos da Amazônia (a criação do Parque Nacional do Xingu pode ser considerada um exemplo). Contudo, vale lembrar das missões religiosas ocorridas nas regiões de fronteira política amazônica nos anos 1960, com o apoio da Força Aérea Brasileira e com propósitos geopolíticos. Aos índios (após tornarem-se “brasileiros” pela atuação dos franciscanos e salesianos na catequese dos Tiryó, por exemplo), caberia a defesa do território nacional, atuando como “sentinelas da pátria” (Rocha, 2003, p. 102).

O avanço da Expedição pelas terras mato-grossenses gerou oposições tanto em escala regional quanto nacional. Uma arena de disputas políticas foi criada em meio aos debates sobre a fundação do Parque Nacional do Xingu. De um lado, o Serviço de Proteção ao Índio e, de outro, a Fundação Brasil Central. Estes órgãos tinham seus interesses em choque em relação à questão territorial, quando se pretendia instalar uma base e determinada área era disputada tanto pelo SPI quanto pela FBC. Para o povoamento desejado, algumas terras foram compradas pela FBC; outras, tomadas dos índios e a posse justificada pelo discurso das aldeias abandonadas ou pelo nomadismo indígena.

Outra arena de conflitos era a aquisição de terras por concessão dos estados. Pelo seu Estatuto (Decreto nº 17.274),⁵ a Fundação Brasil Central poderia adquirir terras acima de 500 hectares por um prazo de dez anos, contratar empresas e dividir com estas os lucros obtidos de suas atividades com chancela do governo federal. Esta situação de intervenção da União nos estados gerou toda a sorte de controvérsias, refletindo o auto-

⁵ Ver Estatuto da Fundação Brasil Central, 1965. Museu do Índio, Filme 302, doc. 001241 e 001257. Ver também Mapa 000118 da FBC e Planta 000225/A, onde estão assinaladas as áreas da FBC. Trata-se de documento que sugere a modificação do mapa do Brasil e apresenta um histórico da criação da FBC com o título “Terra Incógnita”, definindo os objetivos de mapear terras ainda desconhecidas e tão inóspitas quanto os pólos norte e sul (sic).

ritarismo do Estado Novo. Assim, a FBC foi um instrumento do Estado sobre o território. Os “espaços vazios” do sertão tornavam-se territórios de disputas na incorporação ao mercado capitalista de terras. A terra ignota, ao ser ocupada, ia revelando interesses conflitantes por trás do ideário da integração da nação que arrastou centenas de brasileiros em marcha pelos confins do centro-oeste.

A FBC tem sua trajetória marcada pelas várias administrações ao longo de sua existência que, no afã do momento político, reorganizavam os roteiros da Expedição para atender aos objetivos imediatos do governante em cena. Em 1951, Arquimedes Pereira de Lima assume a presidência da FBC através de decreto presidencial. Arquimedes era um político mato-grossense ligado a UDN e diretor do jornal *O Estado de Mato Grosso*. Era contrário à criação do Parque do Xingu e seu maior interesse era expandir o mercado de terras. A gestão de Pereira Lima teve fortes oposições até de ex-funcionários da FBC, como se percebe da leitura de documentos datados de 1954.

Com Juscelino Kubitschek no poder, assume a presidência da FBC José de Paula Retto, o que muda as diretrizes da instituição para atender ao Plano de Metas: “*artigo 1º - (...) será dada especial prioridade ao estabelecimento de núcleos habitacionais na região centro-oeste, especialmente ao longo das rodovias que unem essa região à Amazônia, ao Nordeste e ao vale do São Francisco.*” (FBC, 1960).

Uma realização da Expedição Roncador-Xingu que nos interessa destacar é o da criação de novas cidades na região das nascentes do rio Xingu. O ministro João Alberto Lins de Barros, da Coordenação e Mobilização Econômica, encarregado de administrar a Expedição, não desejava que as novas cidades criadas tivessem os sufixos “pólis” e “ândia”. Assim foram criadas Aragarças (Araguaia + Garças), Xavantina (por ser território dos índios Xavantes), São Félix do Araguaia... No total, foram 42 cidades e vilas com população acima de um milhão de habitantes.

À medida que a Expedição avançou, um novo território surgia, não mais como espaço e sim como lugar de riquezas aos olhos da nação. O centro-oeste constituía-se como uma região de fronteira econômica aberta, e a possibilidade de aquisição de terras e de exploração das riquezas regionais impulsionou o povoamento local. Inicialmente, os assentamentos fizeram-se sob a administração da Fundação Brasil Central até 1967,

com colonos vindos do norte e do nordeste. Extinta a FBC, foram organizadas empresas e cooperativas privadas que orientaram o povoamento da região conforme os novos ciclos da borracha, ou visando a exploração de diamantes, da lavoura, da pecuária. Nos final dos anos 1970, as pequenas vilas e distritos começaram a transformar-se em sedes de municípios.

4 Considerações finais

Comparando os documentos produzidos pelas duas expedições, observamos que: a) os expedicionários reivindicavam o sentido de missão e concebiam-se desempenhando um papel civilizador; b) ambos eram funcionários públicos ou vinculados ao aparelho de Estado em expansão: os cientistas de Manguinhos pertenciam aos quadros da Diretoria Geral de Saúde Pública e os sertanistas da Expedição Roncador-Xingu, aos quadros da Fundação Brasil Central; c) estavam vinculados a uma das vertentes do projeto nacionalista; d) a visão dualista da sociedade estava presente nos discursos e imagens produzidas pelos expedicionários; e) os caminhos percorridos convergiram para a região amazônica; f) contribuíram para estender a atuação do governo em regiões onde sua presença não se fazia notar; g) discutiram a representação do indígena em termos de uma política de ocupação definitiva do território pelo Estado; h) forneceram pistas sobre a dimensão das ações políticas de ocupação territorial; i) participaram da construção de uma memória social sobre aquilo que se queria representar como nação.

As expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz informavam aos moradores dos centros urbanos a realidade desconhecida em que vivia a população rural: denunciavam a opressão política, a exclusão, o isolamento e as doenças endêmicas nos territórios já conquistados do interior. No entanto, o movimento sanitarista sofreu uma inflexão no governo de Vargas entre 1930-45, pois o projeto de interiorização através da *Marcha para o Oeste* deslocou o projeto de construção da nacionalidade dos *sertões* para a *fronteira*. O *oeste* simbolizava a fronteira política em expansão, as áreas de defesa do território nacional na conjuntura da Segunda Guerra Mundial.

Os cientistas de Manguinhos e os sertanistas da *Marcha para o Oeste* encontraram no uso da fotografia um instrumento valioso e capaz de registrar a situação em que vivia o homem do interior. Os sertões foram se tornando lugares de memória: sua paisagem agreste, seus personagens peculiares, o mundo rural que se constituía. Portanto, essa documentação visual apresenta aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais das regiões visitadas, compondo uma narrativa dos problemas que afetavam o desenvolvimento do país. As imagens fotográficas, os mapas produzidos, os relatos textuais criaram um suporte da memória social, sendo possível estudar a constituição mesma da identidade nacional.

A era das grandes expedições terminou. A vasta extensão do território nacional tornou-se visível, mapeada, reconhecida, não obstante permanecerem as desigualdades regionais. Políticas públicas de saneamento ainda são necessárias tanto nas velhas cidades quanto nos novos núcleos urbanos criados pela Expedição Roncador-Xingu. A erradicação da fome, do analfabetismo, da miséria, das doenças ainda continua presente no discurso político. É como se a modernização e a construção da identidade nacional fossem projetos sempre inacabados.

5 Referências

ARRUDA, G. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. São Paulo: EDUSC, 2000.

ALIMONDA, H.; FERGUSON, J. “Imagens, ‘deserto’ e memória nacional: as fotografias da campanha do Exército argentino contra os índios”, in: ALMEIDA, A.M. et alii. *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001.

BARROS, J.A.L. “O combate ao deserto e o trabalho nos seringais da Amazônia”. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano III, nº 25, março de 1943.

CASA DE OSWALDO CRUZ. *Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: COC/Fiocruz, 1995.

CUNHA, E. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2002.

LENHARO, A. “A marcha para o azul”. São Paulo: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXXIII, 1984, pp. 7-16.

LIMA FILHO, M. F. *Pioneiros da Marcha para o Oeste. Memória e identidade na fronteira do Médio Araguaia*. Tese de doutorado, UNB, Departamento de Antropologia, 1998.

LOBATO, M. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 2a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1948, pp. 221-340.

NEIVA, A.; PENNA, B. “Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, vol.8, 1916, pp.74-224.

OLIVEIRA, A. P. *Roncador-Xingu. Roteiro de uma expedição*. s.l.:s.n., s.d.

PENNA, B. “Educação rural”. *O IBGE e a educação. Elucidário apresentado à primeira Conferência Nacional de Educação*, IBGE, 1941, pp. 362-377.

PRADO, A.A. *Os conceitos de educação e de homem no Brasil no período do Estado Novo (1937-1945)*. Tese de doutorado, CFCH/Fac. Educação, UFRJ, 1995.

ROCHA, L.M. “O Estado, as fronteiras e o trinômio índio-deus-pátria: o caso dos índios Tityió”, in: GUTIÉRREZ, M. et alii. *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca:UNESP; São Paulo: Olho D’água, 2003.

SANTOS, L.A.C. “O pensamento sanitariano na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

SECRETO, M.V. *Fronteiras em movimento: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado, Campinas: Unicamp, 2001.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THIELEN, E. et alii. *A ciência a caminho da roça: imagens do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

VARGAS, G. *A nova política do Brasil*. Vol 5. O Estado Novo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VILLAS BÔAS, O. *A marcha para o oeste: A epopéia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Globo, 1994.

Como citar este artigo:

MOTA, M.S. Cruzando fronteiras: a expedição científica do Instituto Oswaldo Cruz e a expedição do Roncador-Xingu. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 7-25, jul.-dez. 2007.